



CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES

CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES

QUADRIÉNIO 2021/2025

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 21/23

2023/12/11





QUADRIÊNIO 2021/2025

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2023

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA ALMEIDA, Presidente da mesma Câmara Municipal, com a presença dos Vereadores Senhores:

ELIAS ACÁCIO DA SILVA BARROS, FRANCISCO MANUEL MOREIRA LEAL, BEATRIZ SOFIA GOMES MEIRELES DUARTE GEADA, PAULO JORGE MOREIRA DA SILVA, TÂNIA PATRICIA MOREIRA BENTO RIBEIRO, RENATO CARDOSO DE ALMEIDA, LUIS RICARDO MOREIRA DE SOUSA E MANUEL DE ALMEIDA VIEIRA.

A reunião foi secretariada por Verónica de Brito Castro, Licenciada e Chefe da Divisão Administrativa da Câmara Municipal.

Sendo dez horas e vinte minutos, verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.



1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo oitavo do Regimento desta Câmara Municipal, foi, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, verificando-se as intervenções do Senhor vereador Ricardo Sousa e do Senhor Presidente da Câmara.

Interveio o Senhor Vereador, Ricardo Sousa, que disse o seguinte: “Senhor Presidente, podia ter ouvido o PSD, como foi a questão do sinal, na última reunião, falamos e alertamos para a situação dos transportes. O que aconteceu e está a acontecer é catastrófico, as pessoas não estão nada esclarecidas, e eu gostava que o Senhor Presidente fosse claro na explicação, porque o assunto é da sua inteira responsabilidade. Por todos os lados se ouve queixas desta mudança de paradigma. Este não é um problema transversal ou geral, porque há muitos concelhos que são da área metropolitana, em que o trabalho de casa foi feito e as coisas estão a funcionar bem, infelizmente em Paredes não está bem. Houve pessoas que tinham consultas e não puderam ir, alunos que ficaram nas paragens e não foram às aulas ou tiveram de se socorrer dos pais. Questionamos se ia haver mudanças de horários e de paragens, e a resposta foi negativa, no entanto na realidade há mudanças de horários e de paragens. Por isso perguntamos o porquê disto? Estes transportes ao contrário do sistema que havia anteriormente, vai haver uma oneração, que é pagar cerca de 350.000 Euros, por ano. Essa será a responsabilidade do concelho de Paredes, nestes transportes. Até agora não gastava nenhum e as pessoas não ficavam nas paragens. Porque é que não houve preparação? Porque é que não fizeram sessões de esclarecimentos? Porque é que não divulgaram atempadamente as alterações à população? Lembro-me de o Senhor Presidente alertar que poderia haver constrangimentos, porque os motoristas podiam não conhecer as rotas. O que aconteceu foi muito mais do que isso. Gostávamos que nos desse uma explicação cabal para o que aconteceu e perguntar se a medida que adotou foi, além da contribuição do município, se foi contratar outros autocarros para fazer o serviço que o município já paga. Foi esta uma das soluções? Queria saber porque é que este assunto não foi cabalmente esclarecido, atempadamente, pelas escolas, atendendo ao número de alunos que utilizam esse meio de transporte, pelas Juntas de Freguesia, por outros centros ou polos onde a informação chegasse. O que se passou na



semana passada foi de facto muito mau. Podemos assobiar para o lado e dizer que já passou e que se está a resolver o problema, mas para muitas pessoas os constrangimentos ainda existem e acho que podíamos ter resolvido isso, sem ter estes constrangimentos. Queria saber que medidas vamos tomar, para resolver estas situações. Tratando-se de uma reforma estrutural dos transportes porque é que não foi devidamente divulgada, será que é porque Paredes não está a aproveitar devidamente? Em relação à estratégia para habitação, o Senhor Presidente sempre disse que pretendia fazer habitação a custos controlados, mas na última Assembleia Municipal veio dizer que já não vai investir em habitação a custos controlados, que o PRR está a decorrer e que tem prazos, e que vai fazer vários investimentos em habitação social. Questionei o motivo da mudança de paradigma, porque são questões estratégicas, que julgo, não se deveria mudar de opinião de ânimo leve, sem ter estes assuntos devidamente sustentados e suportados, para não andarmos ao sabor do vento. O Senhor Presidente respondeu, que tem limites de prazo, até 31 de dezembro e 31 de março, e até lá fazemos o que entendemos ser melhor. Isto demonstra que não temos estratégia nenhuma. O PSD disse ser uma oportunidade única, porque a habitação social fica praticamente a custo zero. O Senhor Presidente andou durante muito tempo a dizer que a aposta era em habitação a custos controlados e agora muda o seu discurso. O que estava delineado era habitação em três freguesias, sem contemplar o sul do concelho e na Assembleia Municipal já falava em outras freguesias e os argumentos são contrários ao que tinha dito anteriormente. Na última reunião disse que até ao final dos prazos de apresentação das candidaturas, até lá tomava as decisões que entendesse, mas nós entendemos que estas questões não devem ser tratadas desta forma e por isso volto a perguntar o que é que o fez mudar a sua opinião e a visão que tinha para o concelho, no sentido de deixar cair as habitações a custos controlados e apostar mais na habitação social? Eu até me congratulo, pois era aquilo que defendíamos desde o início, mas não eram só estas pois no PRR as casas ficam quase a custo zero. Portanto andou durante um ano a contradizer o que nós dizíamos e a perder tempo e agora, no fim dos limites do prazo, muda de opinião. Também gostaria de saber, porque nunca nos disse, quantos pedidos temos de habitação social? Pretendemos saber, para quando termos o estudo de impacto ambiental da fábrica que nós designamos como “Fábrica do Lixo” e o Senhor designa, “Fábrica de resíduos”? Disse-nos que seriam dois meses, já passaram seis meses e ainda não temos o estudo. Também gostaríamos de saber se as obras da fábrica estão no terreno, porque o Senhor disse que não haveria obras enquanto não tivéssemos o estudo de impacto ambiental



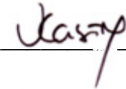


aprovado. Senhor Presidente, estamos no final do ano, na última reunião questionei sobre a evolução do processo da ETAR do Rio Ferreira, deu instruções a quem o senhor entendeu, para contatar a Câmara de Paços de Ferreira. Portanto pretendo saber qual a evolução do processo? Já existe projeto e linha aberta para a candidatura? Na última reunião questionei se era o município a suportar os custos da obra de construção de uma rotunda na CRIP, junto a duas superfícies comerciais? O Senhor Presidente disse-nos que sim, mas que o terreno foi cedido por uma das empresas e eu confesso que tenho alguma dificuldade em perceber se a área foi cedida na totalidade, por uma das empresas, pois presumo que a rotunda está no meio da via que já existia, por isso gostaria de explicação sobre o assunto. Também gostaria de saber se qualquer empresa que queira se instalar em Paredes, e pretender uma rotunda junto ao espaço comercial, se ceder o terreno, poderá contar com a Câmara Municipal para a execução da obra? Senhor Presidente, alertamos para o estado das ruas do concelho. Temos falado sucessivamente deste assunto e com o Inverno e chuvas, verifica-se que por todo o concelho há estradas em mau estado. Chegou a dizer que estariam a elaborar um plano de intervenção, depois disse que afinal não havia plano de intervenção. O estado das estradas é francamente mau e por isso questiono se tem alguma medida específica, para pelo menos, minorar o problema. Na reunião passada citei uma rua, mas poderia citar outras, em que a estrada está suja, cheia de areias e com água a correr no eixo da via, pois as zonas de escoamento laterais que foram feitas no passado, estão literalmente tapadas, com ervas, e com lixo. Portanto o contrato com as Juntas de Freguesia não funciona e se não funciona deveria perceber porquê? Disse-lhe o nome da rua há 15 dias e a rua está exatamente no mesmo estado. É francamente lamentável e tenho pena porque pode acontecer acidentes, devido aos lençóis de água existentes no eixo da via. É uma situação lamentável, pois as ruas têm zonas de escoamento, que estão a ser destruídas por este completo descuido. Na última reunião disse-nos que o dinheiro era transferido diretamente para a Junta de Freguesia pela DGAL, mas quem faz essa fiscalização? Não é o Município? Alguns Presidente de Junta, podem ter um discurso, de que não há dinheiro e que não podem corresponder à limpeza das ruas. Se estes contratos existem as Juntas de Freguesia têm que os cumprir. Quem fiscaliza o cumprimento por parte das Juntas, qual o pelouro responsável pela fiscalização? Na rua do Tojal em Paredes, antiga freguesia de Mouriz, em nosso entender está a ser pavimentada ao contrário, porque as habitações que mais precisam estão no extremo oposto, por isso pretendemos saber se a rua vai ser toda pavimentada ou se vai ser só parte e se assim for, o porquê. Na última reunião, disse-nos que o pagamento efetuado ao antigo



Vereador, Dr. Pedro Mendes, foi porque os serviços entenderam que ele teria direito a ser ressarcido do valor, por ser Vereador do Município. Não percebi a explicação e sinceramente tenho muitas dúvidas que seja isso. Por isso faço outra questão, o anterior Presidente de Câmara, que também se defendeu de uma acusação em que à data era Presidente de Câmara, então também terá direito a ser ressarcido do valor gasto na sua defesa uma vez que foi ilibado? O que tenho conhecimento e que quando apresentamos queixa contra alguém em Tribunal e se essa queixa não tiver procedência, tem de ser o queixoso a pagar as custas do processo. Há uma série de dados, que gostaria que me fizesse chegar, designadamente, o nome da empresa que em agosto realizou em evento e que tem natureza privada. Foi atribuído um valor à Casa Amiga, em que temos dúvidas quanto à constituição da direção e pretendíamos os estatutos e os valores, que nunca nos chegaram. Também já questionamos, porque é estranho, pois os políticos quando têm obra pronta, querem inaugura-la, e nós temos um canil pronto e não inauguramos e volto a perguntar para quando será a inauguração. Eu sei porque não inaugura, porque quando fez o canil, nós dissemos que era francamente pequeno, e que já está completamente cheio. Portanto continuamos com o mesmo problema que é não poder capturar animais errantes, não poder atender aos constrangimentos que as pessoas têm acerca desses animais. Mas, eu gostava efetivamente de saber para quando é a inauguração do canil porque, se temos uma obra pronta e volto a frisar que muitos dos Presidentes de Câmara ou Ministros, quando têm obras prontas naturalmente querem-nas inaugurar daí perguntar-lhe quando temos a inauguração porque o canil foi projetado e penso que foi iniciado em 2018 e estamos praticamente em 2024 e os animais como é de lei mas, além da lei daqueles que como eu os respeitam, merecem muito o nosso carinho e que tenham sítios dignos para poderem viver. Por fim, perguntar-lhe porque nos precisamos de um gabinete e não queremos lugar de garagem nem computadores nem telemóveis porque, ao abrigo da lei temos o mesmo direito que os outros Vereadores têm, mas precisamos de um gabinete para atender os munícipes. Quando é que teremos acesso a esse gabinete e em que dias? Reparo que vem aqui o relatório do auditor externo, e apesar de estar a falar ainda do 3º trimestre, o grau de execução da receita é francamente pequena e o da despesa parece-me muito baixo. Falta um trimestre e a não ser que façamos algum milagre, ficaremos muito além daquilo que era expectável no orçamento. Lembrar também aqui um assunto que temos falado sucessivamente, e que o senhor enquanto Vereador também falou várias vezes, e que chama aqui à atenção no 3º trimestre, é que as receitas com ativos financeiros até esta data é zero. Há aqui um





pagamento à empresa publicitária Duplo Impacto de 47.900€ porque nós felizmente para publicidade temos dinheiro, mas para muitas coisas outras não! Isto tem a ver com os guarda-chuvas que foram para a inauguração do Estádio das Laranjeiras?”

Tomou palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Em primeiro lugar dizer-lhe o que já tive oportunidade de lhe dizer na outra reunião, que não temos que pagar nada os 350.000 € à Área Metropolitana do Porto por causa da operação UNIR, depende do grau de utilização do sistema e depois aí é que se vai apurar a rentabilidade ou não do operador e poderá haver uma parte que nós tenhamos que compensar. Esses 350.000 € não tem qualquer fundamento porque não sabemos como é que vai funcionar a operação. Não foram criadas demasiadas expectativas na população com o início desta nova operadora porque já sabia que iriam haver constrangimentos aliás, como lhe referi. Devo confessar que não fazia ideia de que iríamos ter tantos constrangimentos, ou seja, a Área Metropolitana do Porto realmente podia ter atuado melhor do que que atuou. De qualquer forma, há situações que também são compreensíveis porque a maior parte dos funcionários transitavam de uma operadora para a outra e, como já tive oportunidade de dizer, havia inclusive dificuldades no novo operador de reunir com os funcionários. Nós tivemos esse mesmo problema, aquando do resgate da concessão, porque só mesmo na fase final é que tivemos oportunidade de reunir com os funcionários e sempre na presença da empresa. Portanto, estas transições são complicadas e daí que eu estava consciente de que haveriam transtornos. Aliás, ao contrário do que diz o senhor Vereador, os transtornos não foram só em Paredes, foram-no em todos os locais onde houve a mudança da operação. Só naqueles Municípios onde uma parte já era assegurada pelos STCP é que tiveram menos transtornos. Por exemplo no caso de Valongo, é obvio que em Sobrado e Campo tiveram os mesmos problemas que nós, só na parte onde têm a operação dos STCP é que não tiveram, de resto todos tiveram. O que lhe posso dizer é que realmente as coisas correram um bocadinho pior do que aquilo que a Área Metropolitana do Porto e nós estávamos a contar até porque, no primeiro dia da operação, segunda-feira, quando os operadores deviam estar no terreno e mesmo assim iriam haver dificuldades porque os motoristas que eram novos a fazer as rotas, mas o que é certo é que ao invés de estarem a conduzir os autocarros, foram para a empresa reunir ainda para acertar questões laborais que não tinham conseguido acertar até aí e portanto vimos logo que este início iria correr menos bem do que o pensado. Quer eu, quer o senhor vereador Paulo Silva, quer os





técnicos que estão diretamente envolvidos na preparação desta rede, logo na segunda-feira de manhã estivemos com a empresa, mesmo apesar da responsabilidade ser da Área Metropolitana do Porto, mas nós também quisemos estar presentes para ver que medidas estavam a ser tomadas para resolverem os problemas. Da parte da tarde, já houve algumas melhorias, voltaram a haver falhas pelo que voltamos a reunir no dia seguinte e depois eles tiveram a ideia, pois são eles os responsáveis pelos transportes, de subcontratar alguns autocarros até terem a situação totalmente normalizada. É da inteira responsabilidade da ALSA, pois é o operador que ganhou o concurso público, fê-lo e a situação já melhorou bastante. Ainda temos constrangimentos, o senhor Vereador Paulo Silva está a acompanhar a situação muito de perto e quando a situação estiver normalizada, aí sim vamos apresentar aquilo que há a melhorar porque, há linhas que vão ter uma extensão maior e mais voltas. O que é certo é que até lá, não faz sentido falar em melhorias enquanto não estiver assegurado o que já existia, mas neste momento a situação está a decorrer já muito melhor e penso que durante a interrupção letiva que inicia já na sexta-feira, existe uma janela de oportunidade para alguns motoristas ficarem a conhecer melhor as suas rotas. Mesmo não sendo da nossa responsabilidade, estamos no terreno a acompanhar a situação como não podia deixar de ser! Em relação à questão da habitação social e habitação a rendas acessíveis, é curioso que em todas as reuniões falou que temos falta de habitação social e agora vem-nos acusar que vamos criar habitações sociais a mais. Nós vamos avançar com todas as habitações que era humana e tecnicamente possível construir em Paredes, vamos ter cerca de 15 a 20 milhões de euros de habitações a rendas acessíveis em construção e cerca de 50 milhões de habitação social em construção. Quanto à questão do estudo de impacto ambiental, tive oportunidade de lhe dizer na última reunião que o estudo certamente ainda iria ser apresentado, ou melhor, o complemento do estudo que tinha sido feito, antes do final do ano para abrir a consulta pública e mantenho a expectativa de que antes do final do ano, ainda vamos ter outra reunião de Câmara até ao final do mês, pode ser que nessa altura já tenhamos aqui esse estudo. Quanto à questão da ETAR, houve uma reunião do Conselho de Ministros na passada quinta-feira no Porto e como tal tivemos oportunidade de reunir quer eu, quer o senhor Presidente de Paços de Ferreira, com o Ministro do Ambiente o Dr. Duarte Cordeiro. Neste momento o projeto de execução está pronto e Paços de Ferreira só está a aguardar a abertura do aviso e foi transmitido pelo senhor Ministro que estavam a fazer os últimos acertos com a CCDRN para que esse concurso seja lançado e, portanto, isso vai avançar o mais rapidamente possível e talvez até seja esse da ETAR dos primeiros avisos do



Portugal 2030 a serem publicados. Quanto à questão da CRIP que colocou, é uma questão muito objetiva, ou seja, nós quando analisamos a construção da primeira superfície comercial e depois surgiu uma segunda, entendemos que isso poderia sobrecarregar muito a rotunda que dá para Bitarães e como tal era uma boa oportunidade para criar ali uma outra rotunda que permitisse que quem vêm do lado da estação não tivesse que ir à outra rotunda para regressar em direção às superfícies comerciais. Como tal, dissemos que seria uma das condições para podermos licenciar a obra, a empresa tinha que colaborar nesse investimento e para tal comprou o terreno, terreno esse com capacidade construtiva e, portanto, eles ficaram com o compromisso de comprar o terreno e doar ao município e nós com a responsabilidade de construir a rotunda que é um bem municipal. Não tenho dúvida nenhuma de que se trata de uma boa opção porque vai evitar constrangimentos na rotunda em direção em Bitarães, que por si só já tem muito trânsito, sobretudo de manhã e ao final do dia. Em relação à questão que colocou das chuvas, nós temos tido algumas ruas que ficaram inundadas e têm a ver com o escoamento de águas e não com o estado das vias, nós temos uma série de obras que estão assinaladas para fazer que têm a ver com os escoamentos de águas pluviais, a Eng^a Tânia têm uma relação dessas obras que vamos fazer com priorização, estamos a executá-la uma a uma por forma a que no próximo inverno se as condições climáticas se mantiverem adversas como se mantiveram este ano, já possamos ter menos constrangimentos sabendo sempre que chovendo da forma que chove não há sargetas que resistam. Quanto à pavimentação, há algumas ruas que até já podíamos ter pavimentado, mas não o fizemos porque queremos aproveitar para fazer o saneamento e ligação das águas e depois sim pavimentar. Foi esta uma das razões que levou ao atraso de algumas pavimentações, por exemplo aquela estrada em Bitarães que vai da Sra. dos Chãos até Lousada que está em muito mau estado, mas primeiro queremos fazer a rede de saneamento, vai começar a ser feito ao abrigo do orçamento dos SMAS já para 2024 e logo de seguida avançará a pavimentação na altura em que podem ser feitas. Quanto à questão de limpeza de ruas, repare que os Presidentes de Juntas que não fizerem bem o seu trabalho, vão a eleições em 2025 e esse é o escrutínio que têm de ter e não acredito que deixem ruas sujas ou bermas por limpar só porque sim. De qualquer forma, nós sensibilizámo-los para que o façam. Quanto à pavimentação na Rua do Tojal, é a Junta de Freguesia que está a fazer essa rua e depois farei chegar a informação da sua extensão ao senhor Vereador. Quanto à questão do reembolso das custas judiciais ao ex-vereador Pedro Mendes, nós remetemos ao departamento jurídico, este pediu um parecer externo que veio dizer que têm



direito ao reembolso e fizemo-lo. Quanto aos subsídios que falou atribuídos à Casa Amiga, nós sempre que atribuímos subsídios exigimos a apresentação das certidões de não dívida, mas de qualquer forma podemos também pedir os estatutos. Quanto à entidade que organizou o evento em agosto, vou pedir ao senhor Vereador Renato Almeida que lhe entregue os dados da empresa. Quanto à questão da inauguração do canil, sei que no passado era hábito fazerem grandes festas até quando anunciavam grandes obras que depois não chegavam a ser feitas, recordo-me de anúncios da maior cidade desportiva do norte do país, a segunda maior a seguir ao Jamor e nunca existiu. Os balneários estavam em contentores até cá chegarmos. Fomos nós que sem ter essa ambição de criar ali a maior cidade desportiva do norte do país e a segunda maior a seguir ao Jamor, que fizemos os balneários que estavam para ser feitos. Acho estranho quando fica preocupado por ainda não termos feito inaugurações, naquele caso concreto ainda não o foi por uma razão muito simples: porque há mais uma obra, de uma outra candidatura que nós tivemos, que vai avançar durante este mês e quando essa obra estiver concluída, faz-se a inauguração. De qualquer forma, dar-lhe nota que e até vou usar uma expressão por si utilizada muitas vezes *“a problemática do canil é transversal a todos os municípios”* todos eles têm o mesmo problema. Por muito grande que sejam os canis, eles estão sempre ocupados e há outras medidas que têm de ser adotadas como é o caso da sensibilização para a esterilização dos animais, para a adoção e para que as pessoas não comprem animais, mas ao invés tentem adotá-los, é isso que temos que continuar a fazer. Criamos também um parque de matilhas que está praticamente concluído e que nos vai permitir alojar lá alguns animais errantes que por vezes vagueiam aí pelas estradas. Quanto à questão dos gabinetes, já lhe disse que é uma questão de logística, quando um dia ampliarmos a Câmara Municipal nessa altura não vejo problema nenhum em que possam ter um gabinete, mas até lá não temos condições logísticas para isso. Quanto ao pagamento à Duplo Impacto, isso é o pagamento por vários serviços que a empresa presta e depois pode-se fazer uma relação dos vários pagamentos que foram feitos ao longo do ano. Trata-se de um procedimento a esgotar pelo valor, depois pode-se informar das faturas que foram pagas e a que dizem respeito. Na execução do orçamento, a despesa corrente até ultrapassou os 100% não sei porque é que não falou nisso. Nós tivemos até que fazer revisões do orçamento por causa da delegação de competências. É obvio que nas obras sempre que há passagem de um quadro comunitário para outro, que a execução do capital seja inferior porque é uma altura em que estamos a terminar obras de um quadro comunitário para começar outras. O que lhe posso dizer é que este ano foi





talvez o ano em que nós mais valor investimos em realização de projetos e é isso que nos vais permitir fazer habitações sociais, habitações a rendas acessíveis, novos lares, novas creches, obras nas EB + S, foi um ano mais de realizações de projetos do que propriamente de execução, já o ano de 2024 vai ser um ano de muita execução fruto de termos esses projetos prontos para avançar.”

2 - PROPOSTA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30/10/2023 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a proposta da ata da reunião ordinária do Executivo Municipal, realizada no passado dia 30 de outubro e cuja cópia foi enviada a todos os membros deste órgão.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2023/10/30.

3 - PROPOSTA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09/11/2023 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a proposta da ata da reunião ordinária do Executivo Municipal, realizada no passado dia 9 de novembro e cuja cópia foi enviada a todos os membros deste órgão.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SEIS VOTOS A FAVOR DO PS E DO PSD E TRÊS ABSTENÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS VEREADORES ELIAS BARROS E PAULO SILVA DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2023/11/09.

4 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA - PARA CONHECIMENTO





Foi presente à reunião, para conhecimento, o resumo diário de tesouraria referente ao dia sete de dezembro do corrente ano, tendo a Câmara Municipal tomado conhecimento da existência dos seguintes saldos:

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: sessenta e quatro milhões oitocentos e vinte e um mil trezentos e noventa e seis euros e dois cêntimos.

OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: oitocentos e cinquenta e sete mil oitocentos e vinte e três euros e cinquenta e cinco cêntimos.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

5 - PAGAMENTOS - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, uma informação proveniente da Divisão de Financiamentos e Tesouraria, com o número de identificação de processo geral, oitenta mil oitocentos e quarenta e três, datada de cinco de dezembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, a relação de pagamentos efetuados no período de vinte a trinta de novembro do corrente ano, no montante de um milhão setenta e sete mil novecentos e vinte e três euros e noventa e nove cêntimos.

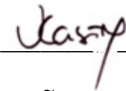
A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

6 - RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE PAREDES, 1º SEMESTRE 2023 - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, o Relatório do Auditor Externo de Informação sobre a Situação Económica e Financeira do Município de Paredes - 1º Semestre de 2023.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO E DELIBEROU REMETER O PRESENTE





ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONHECIMENTO DAQUELE ÓRGÃO.

7 - RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE PAREDES, 3º TRIMESTRE 2023 - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, o Relatório do Auditor Externo de Informação sobre a Situação Económica e Financeira do Município de Paredes - 3º Trimestre de 2023.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

8 - CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO PARA 2024 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação com o número de identificação de processo geral oitenta mil seiscientos e vinte e cinco, datada de quatro de dezembro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a constituição de fundos de maneiio para 2024.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO PARA O ANO 2024 NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

9 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS DE EVENTOS DIVERSOS - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião, para ratificação, uma informação proveniente da Divisão Administrativa - Secção de Expediente, Serviços Gerais e Taxas e Licenças, com o número de identificação de processo geral oitenta mil setecentos e cinquenta e nove, datada de cinco de dezembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 02 processos relacionados com pedidos de isenção do pagamento de taxas das licenças inerentes à realização de eventos diversos.



Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, RATIFICAR OS DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL QUE ISENTARAM AS ENTIDADES CONSTANTES DA INFORMAÇÃO APRESENTADA, DO PAGAMENTO DE TODAS AS TAXAS DAS LICENÇAS INERENTES À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DIVERSOS.

10 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DAS TAXAS DE EVENTOS DIVERSOS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão Administrativa - Secção de Expediente, Serviços Gerais e Taxas e Licenças, com o número de identificação de processo geral oitenta mil setecentos e oitenta e nove, datada de cinco de dezembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 03 processos relacionados com pedidos de isenção do pagamento das taxas das licenças inerentes à realização de eventos diversos.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR OS PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TODAS AS TAXAS DAS LICENÇAS INERENTES À REALIZAÇÃO DOS VÁRIOS EVENTOS CONSTANTES DA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

11 - 1ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE CETE (Nº131/2023) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a minuta da 1ª retificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na freguesia de Cete (Nº 131/2023).

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que informou: "O que está aqui em causa é uma reafectação de verbas entre contratos que a Junta de Freguesia já tinha, nada de alteração de valores."





O Senhor vereador Ricardo Sousa questionou: “Não há alteração de valores? Presumo que sobraram verbas de um lado que foram afetadas a outras obras.”

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu: “Não há alteração de valores e até nem é uma questão de terem sobrado verbas. Ainda não executaram tudo e então foi mais premente avançar já com o projeto de arquitetura, precisavam de mais verba e transferiram para lá, é mesmo essa questão.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DA 1ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE CETE (Nº 131/2023), A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

12 - 3ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE CETE (Nº175/2021, Nº220/2022 E Nº106/2023) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a minuta da 3ª retificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na freguesia de Cete (Nº 175/2021, Nº 220/2022 e Nº 106/2023).

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que disse o seguinte: “Aqui é a mesma situação, foi de onde surgiu a alteração para o outro lado.”

O Senhor vereador Ricardo Sousa interveio e observou: “Senhor Presidente, aqui não passa de 50.000 € para 84.200 €?”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que referiu: “O que eu estou a dizer é que não há aumento de verbas, há uma diminuição de verbas num lado que é passada para outro, é uma





transferência de verbas de um contrato para outro, tem que diminuir num para aumentar no outro.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DA 3ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE CETE (Nº 175/2021, Nº 220/2022 E Nº 106/2023), A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

13 - RETIFICAÇÃO AO CONTRATO DE COOPERAÇÃO (Nº223/2022) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a minuta de retificação ao Contrato de Cooperação com a freguesia de Cete (Nº 223/2022).

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que salientou: “Aqui é a mesma questão só que se trata de um contrato de cooperação porque são obras no edifício da Junta de Freguesia.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE CETE (Nº 223/2022), A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

14 - PEDIDO DE ISENÇÃO DE CUSTAS E TAXAS PARA LEVANTAMENTO DE VIATURA -



PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, datada de vinte de setembro do corrente ano, relacionada com o pedido de isenção de custas e taxas para levantamento de viatura - Proc.º 891/2022 - requerimento 379/2023.

Pelo senhor Vereador Ricardo Sousa foi dito: “Senhor Presidente por aquilo que nos foi conhecido aqui, primeiro perguntar porque, muitos de nós muitas vezes deparamo-nos com viaturas abandonadas nas vias públicas durante muito tempo, às vezes anos, e que por vários motivos não são removidas. Esta neste caso foi removida e curiosamente parece que a pessoa está preocupada com ela porque quer reavê-la. É um contrassenso porque, muitos querem deixá-los abandonadas e nós não recolhemos e esta em que a senhora parece estar interessada em reaver o veículo é porque terá naturalmente valor e interesse para ela ou para a família porque é um agregado de quatro pessoas. Pediu a isenção de taxas e não em prestações só que como o pedido de isenção não foi deferido pelo executivo, vem aqui pedir que este valor em vez de ser isentado que são cerca de 300€ seja pago em seis prestações. Eu pergunto-lhe senhor Presidente se isto foi custos que tivemos ou, estão indexados aqui taxas e/ou multas por este sucedido e também o porquê? Vai-me dizer que estava na via pública, mas haverão muitos! Especificamente, houve alguma queixa sobre este veículo para ter sido este removido e o porquê deste valor?”

Tomou palavra o senhor Presidente da Câmara que explicou: “Este é um processo como qualquer outro! Porque até nós removermos, nós notificamos os proprietários e, portanto, por alguma razão, a pessoa não se queixou na altura devida, o carro foi-lhe rebocado e só depois disso acontecer é que a pessoa veio e como tal têm que pagar os custos que incorreram dessa remoção.”

Interveio o senhor vereador Ricardo Sousa que referiu: “Mas os custos que nós tivemos com a remoção foram os 300€, ou têm aqui multas e coimas?”

Explicou o senhor Presidente da Câmara: “É capaz de conter alguns custos administrativos, aliás tem o valor da remoção e valor por estar em depósito.”



Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD E NOS TERMOS DO RELATÓRIO SOCIAL, INDEFERIR O PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE CUSTAS E TAXAS PARA LEVANTAMENTO DA VIATURA MARCA VW MATRÍCULA 50-70-RV. MAIS DELIBERA A APROVAÇÃO DO PAGAMENTO FRACIONADO EM SEIS MENSALIDADES, CONFORME PROPOSTO NO MESMO RELATÓRIO SOCIAL.

Pelo senhor Vereador Ricardo Sousa foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do PSD abstiveram-se porque provavelmente neste caso a família deve estar com dificuldades, e isto ultrapassa o custo que o Município teve quanto à remoção daí não concordamos com o facto de ser penalizada. Até porque nota-se no despacho as dificuldades do agregado familiar e ainda será onerado com mais um custo ao qual nós não concordamos.”

15 - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DAS MINUTAS NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA REBORDOSA E EXECUÇÃO DE ARRUAMENTO ENVOLVENTE À CAPELA DE REBORDOSA, POR LOTES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Gestão de Obras Municipais, com o número de identificação de processo geral, vinte e sete mil quatrocentos e noventa e sete, datada de quatro de dezembro do corrente ano, relacionada com a construção da Capela Mortuária de Rebordosa e Execução de Arruamento Envolvente à Capela de Rebordosa, por lotes.

Pelo senhor Presidente da Câmara foi dito: “Finalmente está adjudicada esta obra e agora tem que ser aprovada para submetermos ao Tribunal de Contas para depois avançar com a construção deste investimento que é muito necessário em Rebordosa.”

Colocado o assunto a votação,





A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, APROVAR A PROPOSTA PARA A DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO, RELATÓRIO FINAL E APROVAÇÃO DAS MINUTAS NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA DE REBORDOSA E EXECUÇÃO DE ARRUAMENTO ENVOLVENTE À CAPELA DE REBORDOSA, POR LOTES, NOS PRECISOS TERMOS DA INFORMAÇÃO TÉCNICA.

Pelo senhor Vereador Ricardo Sousa foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do PSD abstiveram-se não pela obra em si nem pela sua necessidade, mas pelo facto de isto ser questões processuais e em todas as questões processuais cabem a quem o gere, daí nos termos absterido.”

16 - SEGUNDA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PAREDES - PROPOSTA PLANO E DISCUSSÃO PÚBLICA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística com o número de identificação de processo geral oitenta mil seiscientos e vinte e três datada de quatro de dezembro do corrente ano, relacionado com a segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes – Proposta Plano e Discussão Pública.

Pelo senhor Presidente da Câmara foi referido: “Este é o ponto mais importante a ser discutido que trazemos a esta reunião de Câmara. Finalmente temos luz verde para avançar com a revisão do Plano Diretor Municipal e eu gostaria de aproveitar para frisar duas questões: em primeiro lugar dar aqui uma palavra de apreço ao Pelouro do Urbanismo e à sua Chefe de Divisão, pois são responsáveis por esta revisão porque ao contrário da grande maioria dos Municípios, se não de quase todos, que contratam esta revisão do Plano Diretor externamente, este é um trabalho feito internamente e, portanto, gostaria de dar aqui os parabéns ao trabalho executado pelo Pelouro do Urbanismo. Em segundo lugar, dizer que este trabalho só foi possível porque nós em bom tempo tomamos a decisão de fazer o resgate da concessão porque se não o tivéssemos feito, isso condicionava em muito o desenvolvimento do concelho de Paredes porque nós para proceder à revisão do Plano Diretor Municipal e para continuar a ter zonas urbanizáveis não só em zonas



habitacionais como também em zonas industriais tivemos que nos comprometer com a CCDRN e mesmo estabelecer um calendário temporal de investimentos que vamos fazer ao nível de água e saneamento, se não essas zonas deixavam de ser urbanizáveis. Claro está que se não tivéssemos procedido ao resgate da concessão, já saberíamos o destino dessas zonas e esses investimentos não iriam ser feito pela concessionária e muitos dos terrenos que neste momento temos espalhados por todo o concelho onde podem ser feitas habitação ou sobretudo nas zonas industriais, deixavam de o ser! Portanto, eram essas as duas questões que eu gostava de ressaltar aqui e depois agora vai iniciar um período de discussão pública por forma a que no início do ano este documento que é fundamental para o desenvolvimento do concelho entre em funcionamento.”

Tomou palavra o senhor vereador Ricardo Sousa que referiu: “Senhor Presidente numa coisa estamos de acordo, é uma ferramenta muito importante para o Município e para todos os munícipes, efetivamente é estrutural e provavelmente haverá muitas zonas em que alguém ganhará valor e outras que perderão valor. Como sendo estrutural e demasiado importante, este assunto merecia a nosso ver que o município tivesse promovido ou ainda está a tempo de o fazer junto dos munícipes sessões de esclarecimento para as pessoas nas suas respetivas freguesias ou nas onde têm património perceberem o que é pode e irá acontecer com a entrada em vigor no novo PDM. Acho que é uma questão demasiado importante e que estas sessões são passos que deviam acontecer para precaver que depois um munícipe diga que não teve as ferramentas necessárias. Depois destas sessões de esclarecimento, dizer-lhe que os vereadores do PSD solicitam ao município o apoio de um técnico que trabalhe connosco para percebemos a dimensão das alterações que estão a ocorrer. Também podia ter acontecido no acompanhamento do ponto, julgando nós que seria mais fácil a análise para todos os que estamos aqui presentes e para divulgar, que para cada freguesia houvesse quadros comparativos daquilo que temos e o que irá acontecer, pelo menos um esboço, considerando que o PDM é muito grande, as principais alterações. Julgo que isso seria possível para nós que estamos aqui a debater e fazê-lo mais afinadamente, porque acontecem muitas alterações no PDM e não é fácil chegar a todas as freguesias e depois é preciso conhecimento técnico para recalcar todo o território para perceber quais são as reais alterações. Perante isto, nós podíamos até dizer que temos mais espaço de hectares de espaço agrícola, que temos outros solos como os espaços paisagistas que também aumentam, o solo urbano diminuiu cerca de 737 hectares, há aqui uma serie de valências umas



sobem outras diminuem, mas tecnicamente é preciso aprofundar isto e a recomendação que deixamos é que isto fosse cabalmente esclarecido junto das populações para que depois não houvesse dúvidas e também voltar a frisar que estamos a solicitar ao município o apoio técnico que permita aos eleitos do PSD debaterem e aprofundarem o conhecimento sobre este assunto e em tempo útil durante a discussão pública terem uma opinião clara sobre o PDM que não temos neste momento. Não temos uma posição clara sobre o PDM, e ele é demasiado estrutural e irá mexer com muitas situações no concelho. Era humanamente impossível desde o dia em que a lei decreta e nesse espaço de tempo, conseguirmos fazer a avaliação de um documento tão importante como este. Posto isto e dito isto, nós com estas dúvidas e solicitando o técnico para que faça um trabalho connosco para um levantamento daquilo que nós entendemos que deve ser feito para percebermos e tomarmos uma posição ainda durante a discussão pública, espero que esse técnico não chegue a cinco ou seis dias do fecho da discussão pública. Dizer também que, se quiserem seguir o conselho, deviam fazer sessões de esclarecimento nas Juntas de Freguesia para que os munícipes antes do fecho da possibilidade de reclamarem, se não concordarem, tirem as suas elações daquilo que podem beneficiar ou não ou que irá manter-se igual, depois deste processo fechado que mexe com muitas famílias, porque imaginemos uma família que tem um terreno, com dois filhos, que quer construir uma casa e não tem mais terreno nenhum e pede capacidade de construção, naturalmente verá o seu futuro de uma forma diferente. Se for atempadamente pode e tem o direito de argumentar e defender a sua tese, se fará caminho ou não isso depois cabe aos serviços e o próprio PDM deve responder e permitir a essas pessoas defenderem-se e argumentar para ver se era possível ou não. Sabemos que depois deste processo estar fechado, não há volta a dar e demorará mais alguns anos até haver nova discussão. Dizer que face a isto, se necessário faremos declaração de voto, mas que nos absteremos perante estas dúvidas e que tomaremos a nossa posição a tempo e durante a discussão pública do próprio PDM em que, volto a frisar, solicitamos porque é um direito que nos assiste, um ou dois técnicos ao município em tempo útil para connosco analisar o PDM e depois tirarmos as nossas conclusões.”

Tomou palavra o senhor Presidente que esclareceu: “Está já marcada uma reunião com os presidentes de Junta, como não podia deixar de ser, na próxima quinta feira segundo disse o senhor Vice-presidente para os esclarecer sobre como se vai processar essa discussão pública e a possibilidade que as pessoas têm de consultar o PDM. Vai haver reuniões em todas as Juntas de





Freguesia para as pessoas poderem lá consultar e os técnicos vão estar sempre disponíveis para esclarecer essa questão e depois podem consultar on-line, essa até é a melhor forma de o fazer, porque por muito que venha aqui uma pessoa se não for acompanhada por um técnico, alguém da área da arquitetura, pode não perceber. De qualquer forma vou pedir aqui ao senhor Vice-presidente, para que, se assim o entender, fazer uma sessão para esclarecer as grandes linhas mestre da revisão do PDM, e vocês ficam a conhecer o plano para depois o poderem consultar convenientemente.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, APROVAR A SEGUNDA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PAREDES NOS TERMOS PROPOSTOS NA INFORMAÇÃO TÉCNICA.

17 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 770/97P - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com despacho datado de quatro de dezembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o processo nº 770/97P, para que seja declarada a sua caducidade.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 770/97P, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER TÉCNICO QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO.

18 - PROCESSO Nº 88/22IP, ESTUDO TÉCNICO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com despacho datado de cinco de dezembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal o processo nº 88/22IP, relacionada com a aprovação do estudo técnico de via.

Tomou palavra o senhor vereador Ricardo Sousa que referiu: “Senhor Presidente, nós não conseguimos abrir uma parte do mapeamento, daí não tivemos acesso à documentação na totalidade e torna-se muito mais difícil termos uma posição sobre o assunto. Pelas declarações e pelo exposto do que conseguimos abrir, que estava prevista no PDM e se colidia com uma área, uma faixa de proteção *non aedificandi* o porque de construir e para que fim? Estamos a construir porquê? O que vai aparecer ali naquela área? Estamos a falar na zona industrial de Baltar, ou terrenos junto a essa zona e qual é o parecer dos serviços técnicos? Porque isto é uma área que estava prevista no PDM em vigor e é uma área de faixa de proteção *non aedificandi* e como tal, se estamos a aprovar aqui por algum motivo será e inclusive vem aí o novo PDM e por algum motivo será! Devia ter um parecer dos serviços técnicos do município para nós suportarmos esse parecer e percebemos se faria sentido ou não, acho que devia acompanhar.”

Pelo senhor Presidente da Câmara foi esclarecido: “Quando se prevê a construção de uma rua nova, cria-se uma zona *non aedificandi* junto ao futuro traçado. Quando o projeto da rua é feito, já não é necessária a zona *non aedificandi* e é eliminada.”

Tomou palavra o senhor vereador Ricardo Sousa que acrescentou: “Estava prevista ali uma via inicialmente e era o município que a iria fazer. Agora quem vai fazer é um privado que vai substituir o município e assume os custos para o fazer. Logicamente, para um privado o querer fazer é porque têm algum proveito nisto! Nós vamo-nos abster da votação porque não temos acesso aos mapas, eu percebi o que os serviços nos disseram, está numa ferramenta que não tivemos acesso e de qualquer forma vamo-nos abster na votação, mas tinha de fazer aqui estas perguntas às quais agradeço a resposta.”

Colocado o assunto a votação,





A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD E DE ACORDO COM O PARECER TÉCNICO APRESENTADO, APROVAR O ESTUDO TÉCNICO DE VIA - PROC.º Nº 88/22IP.

19 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À OBRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA FREGUESIA DE SOBROSA NO ÂMBITO DO PROCESSO 207/23AU - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com despacho datado de vinte e quatro de novembro do corrente ano, relacionada com a atribuição de subsídio à Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa.

Pelo senhor Presidente da Câmara foi esclarecido: “Trata-se de um reembolso relativo ao alvará de utilização da Creche de Barreiras, Creche essa que recentemente foi inaugurada.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 305,01 À OBRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA FREGUESIA DE SOBROSA REFERENTE A CUSTOS DA TAXA PAGA PELO ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO DA CRECHE DE BARREIRAS - PROC.º Nº 207/23AU.

20 - APROVAÇÃO PROJETO DE EXECUÇÃO NO ÂMBITO DO PROCESSO Nº322/23LI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião um parecer proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com despacho datado de cinco de dezembro do corrente ano, relacionado com a aprovação de projeto de execução de arruamento.

Tomou palavra o senhor vereador Ricardo Sousa que disse: “Senhor Presidente, pergunto para que fim é? É algum loteamento, os terrenos são todos em zona industrial? Nós aqui também não





tivemos acesso aos mapas e tivemos dificuldades. É para ligar a zona industrial ao Centro Escolar! Nós aqui vamo-nos abster porque não tivemos acesso a todas as ferramentas e para nos salvar porque não temos aqui a devida informação em devido tempo para fazer a análise.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, APROVAR O PROJETO DE EXECUÇÃO DO ARRUAMENTO - PROC.º 322/23LI.

21 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TRSU POR DIFICULDADES ECONÓMICAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro do Ambiente, Divisão do Ambiente, com o número de identificação do processo geral oitenta mil quinhentos e dezanove, datada de quatro de dezembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 03 processos de isenção do pagamento da tarifa de resíduos sólidos urbanos por dificuldades económicas ao abrigo do artigo 66º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços Municipais, objeto de parecer técnico favorável pelo Pelouro da Ação Social.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DOS RELATÓRIOS SOCIAIS E AO ABRIGO DO ARTIGO 66º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E PREÇOS MUNICIPAIS A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS REFERENTE AOS 03 PROCESSOS OBJETO DE PARECER FAVORÁVEL ANEXOS À INFORMAÇÃO APRESENTADA.

22 - VERSÃO FINAL DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DO MUNICIPIO DE PAREDES E RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA - PARA





DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente da Divisão do Ambiente, Unidade de Gestão Integrada do Ambiente, datada de quatro de dezembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal a versão final do Plano Municipal de Ação Climática do Município de Paredes.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A VERSÃO FINAL DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DO MUNICÍPIO DE PAREDES. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

O Senhor vereador Ricardo Sousa em nome do PSD fez a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do PSD votaram a favor, no entanto, entendemos que na discussão inicial antes da discussão pública, ainda podíamos ter sido mais ambiciosos. De qualquer forma, votámos a favor.”

23 - PEDIDO DE APOIO PARA AQUISIÇÃO DE PROTESE DENTARIA - NIPG 75454/23 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, setenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e quatro, datada de quatro de dezembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio económico para aquisição de prótese dentária.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR, NOS TERMOS PROPOSTOS NA INFORMAÇÃO APRESENTADA, O PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PARA



AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, NIPG: 75454/23.

24 - IMPLANTAÇÃO DE SENTIDO ÚNICO NA RUA DA LUZ, NA FREGUESIA DE LORDELO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta, com o número de identificação de processo geral, oitenta mil trezentos e sessenta e nove, datada de quatro de dezembro do corrente ano, a remeter as partes escritas e desenhadas relativas à proposta de implantação de sentido único na Rua da Luz, na freguesia de Lordelo.

Colocado o assunto a votação,

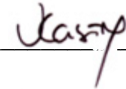
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS RELATIVAS À PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE SENTIDO ÚNICO NA RUA DA LUZ, NA FREGUESIA DE LORDELO, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

25 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Encerrada a ordem de trabalhos foi dado, de imediato, cumprimento ao disposto no artigo quadragésimo nono da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, tendo-se verificado as inscrições dos senhores: Joaquim Bessa, António Cunha e Manuel Pinho.

Pelo senhor Joaquim Bessa foi dito: “O que me traz aqui hoje são dois assuntos, o primeiro é relativamente à EN15 e eu queria pedir a intervenção de senhor Presidente da Câmara e dos serviços porque logo ao início da descida do Carreiro, depois do Chalé, na curva, há ali uma entrada que dá para a zona industrial de Astromil que é a estrada velha. Desde que lá foi feito o passeio, tiraram os paralelos e não os voltaram a colocar o que impede o acesso à rua, não é uma coisa muito grande, será serviço de uma hora ou duas e se pudesse ser reparada e colocados os paralelos, porque a água levou-os pela estrada abaixo. Depois, mas abaixo, entre a ponte da





Regedoura e a Rotunda das Oliveiras em Gandra, há ali uma área de aproximadamente 300m que é muito perigosa e que não estão a ser construídos quaisquer passeios. Eu agradecia que a Câmara Municipal interviesse porque é uma zona de muito trânsito e tanto um lado como o outro têm paragens de autocarro e dificulta a circulação dos peões. São cerca de 300m entre as duas rotundas, ou seja, não há rotunda na Ponte da Regedoura, mas há a Rotunda das Oliveiras e o cruzamento que dá para Rebordosa, seria bom que ali colocassem os passeios nos dois lados porque não têm de lado nenhum, neste sítio também há uma passadeira em frente a uma loja de roupa, é uma passadeira com muito movimento porque existem paragens de autocarros nos dois lados e não tem qualquer semáforo para as crianças ou pessoas adultas. O ano passado foi lá atropelada mortalmente uma pessoa idosa e se pudesse ser colocado ali um semáforo seria ótimo. Por último e mais importante, venho aqui em meu nome pessoal e em nome da Paróquia de Santa Marinha de Astromil, agradecer ao Senhor Presidente da Câmara e todo o executivo a atenção que tiveram à nossa Paróquia em atribuir a verba para reparação do telhado da Igreja que era uma necessidade, o nosso muito obrigado.”

Seguiu-se a intervenção do senhor António José Cunha que referiu: “Eu vim hoje aqui com duas questões, uma seria uma recomendação e outra congratular com algumas situações que irei referir. Já há algum tempo que aqui não venho, mas, gosto de vir cá para ajudar e colaborar e não para criar a ideia de que venho aqui apontar dificuldades. Mas, estas recomendações, considero importante porque as obras particulares, têm existido algumas reservas, em relação à forma como estas situações são algumas vezes tratadas. Não é muito simpático da minha parte o que vou dizer a seguir, mas acho que os técnicos precisavam talvez de alguma reciclagem ou uma ajuda na forma como às vezes informam os pareceres de alguns processos. Há longos anos, desde o tempo do senhor Jorge Malheiro que se vêm falando de um regulamento, quer os técnicos quer os Vereadores em incumbência e também aqueles que elaboram os projetos, que o regulamento fosse feito para clarificar alguma das situações. Dou nota por exemplo, quando às vezes um processo entra e têm falhas e isso é frequente, que houvesse uma indicação de que seria possível essa situação desde que fossem cumpridos um conjunto de regras e a maior parte das vezes não é aprovado. Eu acho que isso era importante para facilitar a vida, quer a quem elabora quer a quem está a apreciar esses processos. Eu felizmente estou numa situação mais cómoda, estou aposentado e já não faço serviço, mas de quando em vez, há amigos e pessoas que me pedem ajuda e eu se calhar devia dizer que não para não estar aqui a encontrar esse tipo de dificuldades.



Este é um reparo que acho importante e que ajuda e ficarmos com uma perceção de que os serviços estão a funcionar melhor e, portanto, acho que esta nota é no sentido construtivo. A outra situação é que quero congratular porque já há algum tempo que não venho cá, e quero dar os parabéns ao senhor Presidente da Câmara quer ao executivo pelo facto de reverter o serviço de águas para o Município. Eu acho que isto é de maior importância e que nunca deveria ter sido privatizado, não é preciso dizer a importância do abastecimento da água e do abastecimento de qualidade. Há uma nota que acho difícil de enfrentar, mas que seria importante é que os serviços de abastecimento de águas fossem todos eles a cargo da Câmara. Isto é difícil porque o voluntarismo de alguns autarcas sobretudo no Sul, que criaram redes de abastecimento de água, mas a meu entender e não estando em causa a vontade e esse empenho, não deve haver água de primeira e água de segunda. Deve ser tudo controlado pelo município, certamente o senhor presidente e o Executivo terá dificuldade, mas penso que com as devidas negociações talvez seja benéfico a médio prazo já que a curto prazo é difícil. Outro aspeto que me deixa bastante satisfeito é a recuperação do Pavilhão Gimnodesportivo, hoje Pavilhão Multiusos.”

Tomou palavra o senhor Manuel Pinho que disse: “O primeiro assunto que quero aqui referir é que estamos na época do Natal, importante aqui para o comércio local e para as empresas do concelho. Eu vejo que o Município tem efetuado iniciativas nesse sentido a promoção desta quadra importante. Eu gostaria de sugerir que junto de outras Juntas de Freguesias ou entidades privadas, se é possível nas ruas de outras cidades, nomeadamente Gandra, Lordelo e Rebordosa poderem ter também alguma iluminação de Natal e seria talvez um esforço para o próximo o ano. Queria explicitar o senhor vereador Ricardo Sousa que é habitação para rendas acessíveis e não habitação a custos controlados, são ideias diferentes e que estão sempre a serem repetidas e convém haver correção porque são diferentes. Nesse aspeto, há aqui uma diferença de valores que eu gostaria que o senhor Presidente da Câmara me explicitasse porque referiu 50 milhões para rendas na área social e 15 milhões para rendas acessíveis. Na Assembleia Municipal referida também aqui, o valor no seu total é à volta de 50 e tal milhões e há aqui um acréscimo de cerca de 10 milhões e gostaria de perceber se realmente houve alguma evolução desde a última Assembleia Municipal e perceber porque tendo em conta que os valores são muito díspares em relação ao último documento aprovado da estratégia local de habitação se realmente também prevê uma nova atualização desse documento que também é importante. Sobre o PDM, eu gostaria que fosse explicitado as linhas orientadoras deste mesmo documento e pelo menos quais foram as ambições



que estão plasmadas neste documento porque é importante perceber. Nós todos sabemos como é difícil a construção, são precisas mais zonas próprias para construção de habitação para rendas acessíveis, inclusive para a própria habitação e os privados tem aqui um papel extremamente importante, eu gostaria de saber se nos poderiam dar algumas linhas orientadoras deste PDM independentemente de concordar que realmente é importante a apresentação pública e a devida discussão com todas as Freguesias e municípios sobre este assunto. Por último queria realçar algo que já abordei no passado que tem a ver com o Festival de Artes e Madeiras de Paredes Bienal, reforçar que era importante e tendo em conta que o Auditório vai abrir no dia 25 de abril, é importante e atempadamente começar já a pensar nesta Bienal que julgo que sendo a 2ª Edição, acho que é essencial que seja também um sucesso e acompanhando um bocadinho as ambições de promoção do nosso Concelho. Referi na Assembleia Municipal anterior que realmente os municípios estavam em pânico e referi isso porque vi nas redes sociais a mostrarem mesmo isso na própria página da autarquia, mas na verdade, o que depois se constatou, ao contrário do Senhor Presidente da Câmara que ambiciosamente assim o referiu, que tudo iria ficar igual e ser o mesmo, mas passou de pânico para o caos e infelizmente aconteceu. Eu valorizo e sei que certamente esta nova concessão vai ser ótima para o concelho e com tempo vamos ter uma melhor rede de transportes fruto também desta concessão. Mas na verdade podia ser, o Juntos por Paredes e eu, tem referido isso que o senhor Presidente da Câmara poderia ter tido uma atitude mais proativa em relação a esta mudança pois percebia-se que ia haver problemas e por essa razão nos constantemente pedimos ao senhor Presidente para ter isso em atenção independentemente de estarem a ser tomadas medidas para melhorarem esses serviços e eu acredito que vão ser melhorados. Espero é que o senhor presidente da Câmara ouça-nos também e procure de uma forma proativa acompanhar algumas ideias e coisas que nós dizemos porque nitidamente poderíamos ter evitado aqui alguns problemas que aconteceram.”

Tomou palavra o senhor Presidente da Câmara que disse: “Agradecendo as intervenções aqui feitas, vou começar pela do senhor Joaquim Bessa, ex-presidente da Junta de Astromil e também deputado na Assembleia Municipal fica o regozijo de que apesar de já não estar a exercer essas funções continua atento, como não podia deixar de ser. Aliás, eu penso que também isso deve acabar por ser um “defeito de fabrico”, porque eu próprio um dia mais tarde quando deixar de ter estas funções, não conseguirei andar na estrada da mesma forma porque vou estar sempre atento





a tudo ainda durante muitos anos. Dizer-lhe que vamos verificar essa situação desse acesso se bem que era um acesso pedonal e o objetivo é que depois passe a ser transitável também, nós vamos depois fazer obras na rua por forma a que permita ter ali um acesso quanto muito de sentido único, não estou a ver as Estradas de Portugal autorizarem ali a saída, quanto muito autorizam a poderem descer e virar para aquelas empresas que têm ali, creio que poderá ser exequível. Não foi feita intervenção entre a ponte da Regedoura e a Rotunda das Oliveiras porque há um projeto da IP já feito há bastante tempo da colocação de uma rotunda e uma requalificação daquele espaço. Eles até para nos autorizarem a fazer obras no que é deles demoram tempo, quanto mais para fazerem as deles! Mas, realmente se, entretanto, continuarem a demorarem muito tempo a fazer a rotunda, pelo menos os passeios acho que temos que fazer e também frisar a colocação de um semáforo. É uma rua que pertence à IP e que tem de ser eles a decidir, mas, enquanto não fizerem a rotunda que já iria reduzir ali imenso a velocidade de circulação, iremos pressionar nesse sentido. Agradeço o reconhecimento que fez em nome da Fábrica da Igreja e temos tentado apoiar a Igreja sempre que podemos e vamos continuar com essa postura. Quanto à questão colocada pelo senhor arquiteto António José Cunha, o que falou em relação às obras particulares e aos processos com deficiência, nós não podemos dizer que aceitamos “condicionado a...” e depois entregam três ou quatro vezes elementos e não pagam mais por isso. Se calhar temos de fazer o contrário, aliás eu já abordei essa questão com o senhor Vice-Presidente porque o que faz com que alguns técnicos entreguem requerimentos incompletos é porque sabem que de seguida vamos notificar a pedir esses elementos e assim sucessivamente e isso dá duas, três, quatro vezes mais de trabalho aos técnicos porque obriga a analisar o projeto várias vezes. Se calhar se nós impusermos como fazem alguns municípios, uma taxa para analisarmos o processo e uma taxa por cada apresentação de elementos por forma a que estejam mais atentos quando submetem porque por vezes com o excesso de trabalho que têm vão submetendo os elementos às “prestações” e a nós dá-nos um excesso de trabalho pelo que, se impusermos uma taxa, eles pensam duas vezes antes de submeter o processo e fazem-no apenas quando já está completo. Eu compreendo e se estivesse no lugar deles, decerto também faria o mesmo porque eles cobram um valor quando o processo está submetido e ainda não está completo e até dizem ao cliente “... está a ver, o requerimento está submetido, agora é com a Câmara...” e recebem o adiantamento que têm a receber. Em relação à questão do Resgate, eu concordo plenamente porque se não tivesse acontecido o Resgate, a alteração ao PDM estava condicionada e em risco. A questão do



fornecimento da água em todo o concelho, isso já é “outra história” porque nós já somos responsáveis pela qualidade e temos que a garantir e enquanto que os subsistemas garantirem a qualidade está tudo bem, caso contrário aí teremos de tomar medidas. Já agora dar-lhe a informação, apesar de não ter mencionado isso, de que em 2024 vai avançar a Rua do Picoto pois era uma questão que em tempos ia falando sobre esse acesso. Quanto às questões colocadas pelo senhor Manuel Pinho, como entende o Município faz um investimento na sede do concelho. Pode ser que quando baixarem as taxas de juro, possamos libertar uma parte de verba para apoiar a iluminação noutras freguesias. Tem que haver uma sede do concelho e esta é aqui onde se faz o esforço de maior promoção que depois por sua vez também ramifica para as outras freguesias. Relativamente à habitação social, dar-lhe nota que não vai haver mais nenhuma revisão da nossa Estratégia Local de Habitação, esta está perfeitamente consolidada, sabemos o que temos de fazer e até quando e depois é por as obras em curso. Os estudos estão todos eles feitos, agora é partir para o lançamento dos concursos e avançar para o terreno. Esses 50 milhões já estão na Estratégia Local de Habitação, porque os 15 milhões não têm de estar pois trata-se de habitações a rendas acessíveis e por isso está à parte. Quanto à questão do PDM, a estratégia, como não podia deixar de ser, foi manter o máximo possível as áreas que nós tínhamos de construção quer seja para habitação quer seja para indústria. A estratégia da CCDRN era reduzir claramente as áreas de construção isto porque eles entendem que os PDM de nova geração não podem ser como os anteriores onde era tudo zona de construção e faz com que se lembrem de construir casas no meio do monte só porque era zona de construção e depois o presidente de junta até passava uma declaração com o compromisso de fazer a rua e depois nunca se faz e acaba por depois a casa estar numa zona sem água nem saneamento e depois dizem que a culpa é da Câmara. Esses tipos de situações vão acabar no futuro, ou seja, a CCDRN o que pretende é que cada vez mais as habitações se concentrem em zonas providas de água, saneamento, iluminação e todas as infraestruturas devidas e nós temos algumas zonas onde isso não existe e vão cair, claramente porque nos anteriores PDM's tudo era de construção, quer tivesse ou não as ruas e infraestruturas. Agora as instruções que tivemos foi de que junto às estradas, nos 35 metros imediatos à estrada pode-se construir, mas na parte de trás já não é permitida construção. Já nas zonas industriais é junto às estradas que estão feitas ou junto aquelas que dissemos que vamos construir, em muitos casos tivemos de garantir e por no orçamento que iríamos fazer, e nos 150 metros junto à estrada dá para construir o que ultrapassar essa medida já não dá. Assim, já não é

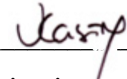


tudo zona de construção como acontecia até agora que depois não tinham as infraestruturas necessárias à edificação e defraldávamos as expectativas porque as pessoas têm uma zona passível de construção e depois quando vão ver não têm água nem saneamento. Quanto ao festival das Artes, está a ser preparado. Em relação à rede UNIR, isto foi um concurso público e apesar de se tratar de um serviço de transportes, foi um concurso publico internacional como acontece para construir uma obra. O que podia acontecer, felizmente não aconteceu até agora, é quando a obra estar adjudicada e depois não avançar. Podiam dizer “você têm a obrigação e fazer a obra pelo construtor”, isso não é assim! Quem ganhou aquele concurso foi aquela empresa que no dia 01 de dezembro tinha de estar operacional com as linhas, autocarros e motoristas que faziam parte do concurso, existe um caderno de encargos que refere isso mesmo. Agora, se me diz que a empresa foi incompetente, claro que foi, mas que podíamos nós fazer? Íamos para lá nós, fazermos de motoristas, fazer o que não foi feito? Não podíamos e era bom que na política também impere um bocadinho de bom senso. A empresa terá claramente de ser responsabilizada por isso porque causou transtorno à população e Paredes, houve pessoas que não puderam ir trabalhar naquele dia, alunos que não puderam ir às aulas. Quando há mudanças por vezes acontecem destas coisas, não devia ter sido assim, mas foi e estão a ser tomadas medidas muito pressionadas pela nossa parte porque não tínhamos como saber se ia correr bem ou mal antes de acontecer, só depois é que pudemos saber se a empresa, como era de sua obrigação, estava a cumprir ou não com o previsto no caderno de encargos, vimos que não estava e, portanto, foram tomadas medidas mas isso não a iliba de responsabilidades porque devia de estar em condições de operar a 100% no dia 01 de dezembro.”

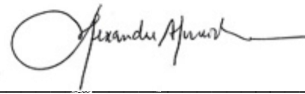
E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a ata da presente reunião, cuja minuta já havia sido aprovada e que, depois de lida, foi submetida à aprovação do Executivo, sendo aprovada por maioria, com sete votos a favor do PS e do PSD e uma abstenção da vereadora Dr^a Sandra Maria da Silva Martins do PSD.

Sendo doze horas, pelo Senhor Presidente, foi declarada encerrada a presente reunião.





E eu, Verónica de Brito Castro, Licenciada e Chefe de Divisão Administrativa, redigi e, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, subscrevi a presente ata, a qual se encontra fiel ao que de relevante se passou na mesma reunião.



Alexandre Almeida, Dr.